

Cidade e Loucura

Rachel Tegon de Pinho*

A presente comunicação trata da obra Cidade e Loucura resultante de pesquisas por mim realizadas ainda por ocasião do mestrado e que pretendo apresentar sucintamente neste evento em razão da oportunidade que o Simpósio História da Loucura e da Psiquiatria nos oferece ao promover a aproximação e a possibilidade de trocas entre os diversos pesquisadores que tratam desta temática.

Penso ser oportuno iniciar com as questões que suscitaram a realização dessa pesquisa. Foi ainda à época da minha graduação, no final dos anos 80, que entrei pela primeira vez no Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho, localizado em Cuiabá-MT, para realizar uma pesquisa etnográfica para a disciplina de Antropologia sob a orientação da prof^a Dra Joana Fernandes, numa manhã de verão amazônico, quente e úmida. Era hora do almoço na instituição. No pátio central havia muitos homens, dezenas de homens, nus ou seminus, alguns sentados ou deitados num canto qualquer, outros caminhavam quase em câmera lenta, segurando suas tigelas, potes de plástico...sua comida. Em meio a fezes, vômito, urina...tudo muito triste. Duas grandes grades de ferro separavam este pátio da ala feminina e o cenário era o mesmo quadro de horror, com a diferença que mulher sangra.

O cheiro e as imagens que flagrei permanecem até hoje na minha memória e suscitaram dentre outras, estas questões:

Como seres humanos podiam ser tratados daquela forma? Quando surgiu o hospício em Cuiabá? Que práticas adotadas/e ou interditas contribuíram para a institucionalização da loucura em Cuiabá? Quem eram afinal os loucos e quando estes se tornaram problemas? Problema para quem? Diante de quê?

Apesar do impulso que nos dá De Certeau¹, quando afirma (e realiza) a cientificidade da História (que não deve ser confundida com o cientificismo do século

¹ DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. p. 65.

XIX), logo vemos que isso não corresponde a nenhuma simplificação, ao contrário, a historiografia torna-se cada vez mais complexa e, como toda ciência, prescinde de regras. O movimento de articulação entre questões, pesquisa empírica e referencial teórico é a operação metodológica que conjuga, a princípio, pelo menos duas destas regras: o lugar social e a prática.

Nesta operação algumas perguntas foram respondidas, outras foram abandonadas e outras tantas foram suscitadas. Destas, a questão da cidade adquiriu grande importância para o meu olhar. A cidade como lugar do possível, como escreveu Peter Pál Pelbart² como o lugar da exterioridade por excelência, a cidade “como um universo dissonante e pluralista, mundo do perspectivismo nietzschiano onde já não se trata de múltiplos pontos de vista sobre a mesma coexistência de cidadãos, mas múltiplas cidades em cada ponto de vista, unidos por sua distância e ressoando por suas divergências”³. E aí rememoro meus tempos de criança, quando, ainda morando em Campinas, meu pai nos levava de carro para conhecer lugares da cidade. Pelos vãos de braços, cabeças e cotovelos, afinal éramos oito numa Rural Willys, eu olhava atentamente para todas as ruas, lugares e pessoas de nosso trajeto e achava que conhecia o mundo. Muitos anos depois, foi que me dei conta de que eu “conhecia” apenas pedacinhos de mundo de uma cidade e daquilo que ela se permitia mostrar, mas aí eu já era uma apaixonada pela cidade, pela em que nasci e por aquelas a que fui sendo apresentada no decorrer da vida. Talvez isso explique, pelo menos parcialmente, a escolha da cidade como um dos temas sobre o qual me debruço, por isso, se é que posso externar o sentimento presente neste trabalho, ele é o da paixão. Todavia, esta escolha decorre também de questões simples, formuladas ainda na época da graduação em História, influenciada por algumas leituras que privilegiam a cidade como objeto de estudo, das quais uma percorre todo o trabalho, aquela formulada por Angel Rama: quantas cidades existem numa cidade? Chegaram-me, então, pelas mãos de minha orientadora, algumas obras que tratam da forma-cidade, e foi assim que me apossiei do “seu ex-livro” *Cidades Estreitamente Vigiadas – o Detetive e o Urbanista*, de Robert Moses Pechman, entre outras obras, que analisam a questão da cidade e que a tratam

² PELBART, Peter Pál. Cidade, lugar do possível. In: *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras, 2000. p. 43-49.

³ Ibid., p. 48.

como o lugar privilegiado pelo Estado para interditar práticas e tentar solapar o sonho humano do labirinto, que é o de se perder na multidão.

Assim, entre encontros e abandonos, redefini o meu tema, que trata da cidade e da loucura. A construção do objeto, por sua vez, implica, entre outras práticas, na articulação entre as leituras relacionadas à temática eleita e à pesquisa empírica, e deste ir-e-vir entre as leituras e os arquivos, resultou a escolha de algumas estradas, caminhos e trilhas.

Denomino estradas os resultados de pesquisas realizadas com um fôlego extraordinário, como é o caso dos trabalhos de Michel Foucault⁴, que historicizou a loucura e sua problemática na Europa, o grande enclausuramento dos loucos, o nascimento do hospício na Europa, o nascimento da Psiquiatria, a tecnologia de poder disciplinar — tecnologia de que o Estado habilmente lança mão, com o objetivo de disciplinar os indivíduos — e a regulamentação de sua população por meio do biopoder. Tais questões e formulações conceituais estão presentes nas obras *A História da Loucura; Vigiar e Punir; Os Anormais* e a *Aula do dia 17 de Março*, publicada no livro *Em Defesa da Sociedade*, utilizadas como grandes referenciais teóricos deste trabalho, dadas a sua amplitude e densidade, já que auxiliaram na análise sobre a percepção da loucura em Cuiabá, ao percorrer os deslocamentos operados na cidade, por meio de inúmeras práticas e técnicas de poder utilizadas, para vigiar, disciplinar, excluir, punir e regulamentar.

O conceito de civilização apresentado por Norbert Elias⁵, como também a obra de Robert Moses Pechman, *Cidades Estreitamente Vigeadas*⁶, cujo tema central é a questão urbana sob a perspectiva da construção de civilização e barbárie, também foram utilizados neste trabalho, já que ofereceram suporte necessário para proceder às análises realizadas. A obra de Sandra Jatahi Pesavento⁷, *O Imaginário da Cidade: visões*

⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987; *A história da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1991; *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002; *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

⁵ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

⁶ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigeadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahi. *O imaginário da cidade: visões literárias (...)* 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

literárias do urbano e de Roberto da Matta⁸, *Carnavais, Malandros e Heróis*, funcionaram como guias para percorrer as ruas da cidade e os espaços públicos privilegiados. Serviram como percurso desta estrada.

Os caminhos, por sua vez, estão sinalizados por meio das seguintes obras: *A História do Medo no Ocidente: 1300–1800*, de Jean Delumeau⁹, que foi fundamental para compreensão do medo então presente no imaginário coletivo cuiabano, em decorrência de vários fatores, mas, sobretudo, da peste, o que será tratado ao longo do trabalho. Em *O Espetáculo das Raças*, de Lilia Moritz Schwarcz¹⁰, realizamos a aproximação com a Antropologia, importante referência para examinar a construção das identidades e a preocupação com a raça e a inserção do Brasil no mundo da ciência, e que, de certa forma se alia à obra de Serge Gruzinski¹¹, *Os Pensamentos Mestiços*, ao demonstrar, entre outras coisas, que o estranhamento do nosso olhar é construído culturalmente.

Ainda no caminho, encontramos Heitor Rezende¹² e Vera Portocarrero¹³, pesquisadores da Fiocruz, cujos trabalhos voltam-se para as políticas de saúde mental no Brasil e os arquivos da loucura, e a dissertação de mestrado de Luciana Vieira Caliman¹⁴, que trata da questão do biopoder em Foucault. Finalmente, ainda no caminho, os convites sedutores de dois autores audaciosos: Nicolau Sevcencko¹⁵, mais precisamente em *Orfeu Estático na Metrópole*, que privilegiou os periódicos enquanto fonte para penetrar na subjetividade da cidade de São Paulo, na década de 1920, e a obra de Ludmila de Lima Brandão¹⁶, *A Casa Subjetiva: Matérias, Afectos e Espaços Domésticos*, que, entre inúmeras possibilidades, auxiliou-me a pensar nos rizomas e nos devires, conceitos que

⁸ MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis...* 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

⁹ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300–1800 (...)* São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas (...)* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹¹ GRUSINSKY, Serge. *Os pensamentos mestiços*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹² REZENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: *Cidadania e loucura. Políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 16-69.

¹³ PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura. (...)* Rio de Janeiro, Fiocruz, 2002.

¹⁴ CALIMAN, Luciana Vieira. *Dominando corpos, conduzindo ações...* 2001. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, UERJ, Rio de Janeiro.

¹⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹⁶ BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A casa subjetiva: matérias, afectos e espaços domésticos*. São Paulo: Perspectiva; Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, 2002.

foram formulados por Gilles Deleuze e Felix Guatarri e que ainda são tão desconhecidos, sobretudo por aqueles que os rejeitam.

A brilhante obra de Maria Clementina Pereira Cunha¹⁷, que pesquisou sobre o Hospital Psiquiátrico Juqueri, em São Paulo; também a de Yonissa Marmitt Wadi¹⁸, cujo trabalho traz o contexto de construção do Hospício São Pedro, em 1870, em Porto Alegre, além dos trabalhos que tratam deste tema na historiografia regional, como as monografias de Loiva Canova¹⁹, Lisle Maria da Silva²⁰, Aúrea Assis Lamber e Sueli B. Oliveira²¹, entre outros de outras áreas, que, apesar de ser referências importantes, não foram utilizadas neste trabalho²² por privilegiar o estudo de instituições totais ou do louco institucionalizado. Este trabalho, ao contrário do estudo da loucura a partir do interior de seu espaço disciplinador institucional, tomou-a no âmbito do espaço público da cidade e da problematização de uma por outra, ou seja, da loucura pela cidade.

As trilhas finalmente se inscreveram em um desafio de outra natureza, a escrita, cuja dificuldade penso que foi superada com o auxílio daqueles que detêm tal domínio, os escritores e poetas. Os literários, com sua potência criativa, enveredaram pela temática da loucura muito tempo antes que nós, historiadores. *O Alienista*, de Machado de Assis²³, o *Cemitério dos Vivos*, de Lima Barreto²⁴, e um conto de Carlos Drummond de Andrade²⁵, todos publicados nos séculos XIX e XX, além de algumas obras de outros artesãos da palavra, como Ítalo Calvino²⁶, Edgar Allan Poe²⁷, Franz

¹⁷ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*. Juquery... São Paulo: Paz e Terra, 1986.

¹⁸ WADI, Yonissa Marmitt. *Palácio para guardar doidos (...)* Porto Alegre: UFRGS, 2002.

¹⁹ CANOVA, Loiva. *A loucura é uma loucura: as representações sobre o louco e a ordenação do espaço urbano em Cuiabá (1889–1931)*. Departamento de História - UFMT.2000.

²⁰ SILVA, Lisle Maria da. *Hospital de alienados: esboço para um enfoque histórico-social*. UFMT - 1988.

²¹ LAMBER, Aúrea Assis; OLIVEIRA, Sueli B. *História do atendimento ao doente mental no Estado de Mato Grosso até 1970*. Cuiabá, 1995. Monografia (Especialização em Enfermagem) - UFMT.

²² À exceção de informações contidas nas citadas monografias de Aúrea de A. Lamber e Sueli B. Oliveira.

²³ ASSIS, Machado de. *O alienista*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

²⁴ BARRETO, Lima. *Cemitério dos vivos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

²⁵ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Contos de aprendiz*. 10. ed. São Paulo: José Olímpio; Civilização Brasileira e Editora Três, 1973.

²⁶ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁷ POE, Edgar Allan. *Os melhores contos de Edgar Allan Poe*. São Paulo: Círculo do Livro S.A. s/d.

Kafka²⁸ e Charles Baudelaire²⁹, foram como locais de visita permanente para que a minha mão, no decorrer da escrita, ainda que tremesse, não se transformasse em chumbo, impossível de ser segurado, pelo seu peso, e, mais ainda, de ser lido.

Cuiabá, cidade fundada³⁰ no período setecentista, por ocasião da descoberta de ouro, capital³¹ de Mato Grosso, localizada quase no Extremo-Oeste do Brasil, é o local escolhido, neste trabalho, para se percorrer o processo civilizatório. O marco temporal de seu início compreende o final do século XIX, que converteu a cidade em questão e a loucura em problemática frente ao projeto de construção da nação, desejado por governantes e intelectuais.

Para empreender tal percurso, explicitaram-se e analisaram-se algumas práticas de disciplinarização e higienização, adotadas nas primeiras décadas da República, em Cuiabá, da qual se ocuparam governantes, autoridades policiais e médicas, entre outros, e que, neste trabalho, são os personagens privilegiados

Cuiabá, em fins do século XIX, é uma cidade com uma população urbana de pouco mais de 9.000 habitantes³², marcada pela guerra, pela peste e pela fronteira. São marcas indeléveis que os seus governantes tentarão apagar, pelo menos na parte que se traduz como pontos negativos.

Em Cuiabá, o medo da peste norteará a adoção de algumas medidas por parte de governantes, médicos e autoridades policiais, tanto com o intuito de conter a propagação do mal, quando este se aproximava, como para combatê-lo, quando as evidências comprovavam que este era um fato. Medidas inócuas, sob o ponto de vista contemporâneo, mas compreensíveis para a época, se considerarmos que “até o final do

²⁸ KAFKA, Franz. *O Processo*. Lisboa: Europa-América. S/d.

²⁹ BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

³⁰ Há controvérsias a respeito da data de fundação, como observa Sandra Pesavento: “... todo ato fundador tende a se sacralizar...” Assim, a data oito de abril, como data de fundação de Cuiabá, foi sacralizada no Governo de Dom Aquino Corrêa, através da Legislação de Mato Grosso. Já o historiador Carlos Alberto Rosa rejeita essa data e afirma que a Ata redigida por Pascoal Moreira Cabral em nenhum momento traz a palavra fundação; esta Ata simplesmente oficializa o registro da descoberta de ouro na região, cuja atividade era realizada desde 1716. *Jornal A Gazeta*. 8/4/2002. p. 2.

³¹ A primeira capital de Mato Grosso foi Vila Bela da Santíssima Trindade, instalada em 1752 por Dom Antonio Rolim de Moura, 1º Capitão General de Mato Grosso. A transferência de capital para Cuiabá ocorreu em 1832.

³² Censo 1890 – Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

século XIX, ignoraram-se as causas da peste que a ciência de outrora atribuía à poluição do ar, ela própria ocasionada por funestas conjunções astrais, seja por emanações pútridas vindas do solo ou subsolo”³³.

É nesse ambiente marcado pelo medo que encontramos a cidade de Cuiabá, em fins do século XIX, ainda mantendo a cartografia representada pela iconografia³⁴, que mostra a disposição de suas edificações sob a forma de uma muralha — ainda que não se trate, é claro, das muralhas propriamente ditas, que, no período medieval, protegiam as cidades européias e seus habitantes de possíveis ataques. Na iconografia do século XVIII, a cidade que vemos assim construída sugere que caberia aos seus habitantes o papel de guardiões contra possíveis ataques durante um longo período³⁵. Todavia, na posterior cidade moderna, sob o efeito da implantação de uma sociedade disciplinar, a própria cartografia será alterada e outros atores serão encarregados de cumprir esse papel: as estratégias de vigilância se sofisticam porque a cidade é o lugar da exterioridade.

Mesmo se tratando da cidade disciplinada e disciplinadora, vigilante e vigiada, constituída pelos processos de modernização (bem como constituidora), Peter Pál Pelbart alia-se a Deleuze e Guattari para dizer que a forma-cidade é, sobretudo, a forma do movimento, da fluidez, da exterioridade. Tudo que ela opera ou faz operar no oposto do movimento e da sua fluidez é resultado de sua captura pelo Estado:

A cidade historicamente existe em função de uma circulação, de entradas e saídas cuja incumbência é fazer passar os fluxos. Como o sugerem Deleuze e Guattari, ela faz com que aquilo que nela entre esteja suficientemente desterritorializado para introduzir-se na rede, submeter-se à polarização, seguir o círculo de recodificação urbano e viário. Assim a cidade é rede, multiplicação, fluidez, escape, dispersão. Ela é a relação com o fora ou mais radicalmente ela é a própria Forma da exterioridade. Por essas características todas contrapõem-se inteiramente ao Estado. Pois o Estado obedece a um outro processo maquínico: ele é uma espécie de caixa de

³³ Ibid., p. 110.

³⁴ Pintura a/d. Expedição Alexandre Rodrigues. Acervo: Museu de Hamburgo/ Reprodução- IPHAN-MT.

³⁵ Esta observação é apenas uma inferência que fazemos, já que neste trabalho não pretendemos realizar nenhuma análise iconográfica ou iconológica das imagens que porventura sejam referidas.

ressonância, que faz ressoar todos os seus pontos (em vez de fazê-los fugir), por mais heterogêneos que sejam, geográficos, étnicos, lingüísticos, morais, econômicos, tecnológicos. Nesse sentido ele faz até ressoar a cidade e o campo, esses dois supostos arquiinimigos. Se a cidade é inseparável de sua própria relação com outras cidades, com sua exterioridade, com a rede das cidades, o Estado tende, ao contrário a uma espécie de totalização, de fechamento, de redundância. A forma-cidade é escape, exterioridade, dispersão, a forma-Estado é totalização, interioridade, estratificação. Isso significa que a cidade luta contra o Estado. Mas também contra o capitalismo, com o qual pretendem identificá-la, num jogo muito complexo³⁶

É a partir deste ponto de vista que compreendemos a cidade como o local escolhido pelo Estado — nunca ela em si mesma — para interditar práticas tidas como atrasada ou práticas que tendem a escapar a qualquer controle (em geral umas e outras acabam sendo coincidentes), além de identificar, isolar, classificar e finalmente excluir os indivíduos que obstam o desejo premente de construção da nação que querem para si. Entre essas práticas, encontram-se aquelas que passaram a ser classificadas como “irracionais”, isoladas no âmbito da “loucura” e os sujeitos envolvidos designados “loucos”, passíveis de isolamento ou exclusão. Tomo de Peter Pál Pelbart³⁷ a compreensão do “louco” “como esse personagem social discriminado, excluído e recluso” e por “loucura”, que em trabalho anterior o autor designou por desrazão, como “uma dimensão essencial de nossa cultura: a estranheza, a ameaça, a alteridade radical, tudo aquilo que uma civilização enxerga como o seu limite, o seu contrário, o seu outro, o seu além...”

O recenseamento de 1890 é o primeiro em que a loucura em Cuiabá aparece sob o epíteto de alienados, dementes e idiotas, identificados, domiciliados e dispersos em inúmeros endereços e que se avizinham e se misturam aos demais moradores. A identificação destes no censo, como também em outras fontes, foi apenas a primeira de uma série de medidas adotadas no curso do processo civilizatório, cuja base é o

³⁶ PELBART, Peter Pál. Cidade, lugar do possível. p. 46-47.

³⁷ PELBART, Peter Pál. A utopia asséptica. In: *A nau do tempo rei...* Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 105.

pensamento racional, que corroborará para que a loucura seja percebida como o seu outro, o seu contrário, e que, gradualmente, vai ser vista como uma vizinhança perigosa.

Até 1928, o enclausuramento — forma de exclusão da loucura — ainda não havia sido realizado em Cuiabá, exceto em situações pontuais, com o recolhimento de alguns indivíduos de ambos os sexos, na cadeia pública da capital ou na Santa Casa de Misericórdia, uma vez que, até essa data, não havia nenhum hospício ou espaço embrionário deste em Mato Grosso. Mas o manicômio, no Brasil, em fins do século XIX, já não era uma novidade. O primeiro deles — o do Rio de Janeiro, sede do Império —, foi inaugurado em 1852, batizado com o mesmo nome do Imperador Pedro II, cuja localização na época foi cuidadosamente escolhida, ou seja, bem longe do centro da cidade, na Praia Vermelha. A decisão de sua criação reunia aspectos políticos e considerações científicas. Heitor Rezende salienta, todavia, que tal base científica aportou no Brasil modificada³⁸ e faz a seguinte consideração: “Socialmente ignorada por quase trezentos anos, a loucura acorda, indisfarçadamente notória e vem engrossar a leva de vadios e desordeiros nas cidades, e será arrastada na rede comum de repressão à desordem, à mendicância, à ociosidade”.³⁹

Esse comentário revela várias questões relevantes, como uma percepção moral da loucura, tal como apresenta Michel Foucault com relação à Europa no período que antecede o grande enclausuramento⁴⁰; também salienta a preocupação com o projeto de construção da nação, civilização e identidade brasileira, que tem a cidade como vitrine para visualizar tal projeto. Revela ainda o cuidado em demarcar um território, o do saber médico, já que no século XIX é instalado no Império brasileiro o estado de polícia, encarregada de vigiar, disciplinar e punir, entre outras atividades, sobretudo as de cunho moral⁴¹.

O Hospício Pedro II foi construído para receber pessoas de todo o Império, com capacidade para abrigar 350 loucos, mas, se na data de sua inauguração contava

³⁸ REZENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil (...). Petrópolis: Vozes, 1994.

³⁹ Ibid., p. 35.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. *A grande internação*. p. 45-78.

⁴¹ AMARAL, Maurília Valdez Lucas do. Razão de Estado e Estado de Polícia. In: *Constituição do sujeito, governamentalidade e educação*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFMT, Cuiabá. p. 61-65.

com 144 enfermos, pouco mais de um ano após a sua abertura, já estava com a lotação completa⁴².

A transferência de alienados mato-grossenses para a capital federal ocorreu em apenas alguns casos isolados, no final do século XIX, conforme as informações contidas em algumas fontes utilizadas por nós.

Com o advento da República, o manicômio carioca sofreu algumas modificações, que acusavam o desejo de distanciamento dos republicanos de tudo que remetesse à época anterior, a começar pelo nome: a instituição foi rebatizada com o nome de Hospício Nacional de Alienados. A direção foi retirada das mãos das religiosas e passou a ser exercida por um corpo médico⁴³, e a admissão de enfermos passou a ser regulamentada com a implantação de divisão por seções e classes e formas de encaminhamento de pacientes⁴⁴. Mas, de acordo com Lopes Rodrigues, a introdução de um corpo médico na instituição não significou o estabelecimento de uma psiquiatria científica, já que o modelo copiado seguia os pressupostos de Morel e Maignan, cujo pensamento, segundo Rodrigues “patejava neste estuário levadiço das ‘degenerações’”⁴⁵. Para Lopes Rodrigues, a psiquiatria científica só ocorreu no Brasil com Juliano Moreira. Convém ressaltar que tal observação tem o intuito apenas de situar a abordagem da loucura no Brasil, mais precisamente aquela preconizada pelo Estado e que foi implantada na cidade do Rio de Janeiro — espécie de laboratório e vitrine para as demais capitais — e demonstrar como a loucura foi percebida em Cuiabá no período anterior à sua institucionalização.

Problema de difícil resolução esse das relações entre a cidade que se busca civilizar e a loucura. Através das práticas de disciplinarização e higienização que neste trabalho são percorridas, é possível perceber os deslocamentos, pelas mãos dos cronistas

⁴² REZENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil. p. 37.

⁴³ Relatório Ministerial. Ministério do Interior. Hospício Nacional de Alienados Rio de Janeiro, 1891. Neste relatório é informado que o Hospício foi desanexado da Santa Casa de Misericórdia, pelo Governo Provisório, em 11/1/1890, e que a retirada das irmãs de caridade resultou em escândalos, mas que a atual direção encontrou inúmeros documentos que comprovam os maus tratos praticados pelas religiosas contra os pacientes. A falta de pessoal com conhecimento técnico para prestar atendimento adequado, conforme o relatório, implicou na contratação de 20 enfermeiras, formadas na Escola Municipal de Paris.

⁴⁴ Instruções - Assistência Médico-Legal de Alienados. Rio de Janeiro, 1890. Caixa 1890. Fundo Saúde/APMT.

do período, dos governantes, das autoridades e funcionários públicos. Com eles talvez possamos desencavar os segredos da cidade, tentando uma aproximação com o que brilhantemente realizou Robert Moses Pechman, como o detetive que segue pistas para desvendar o mistério que envolve a cidade, desnudando-a naquilo que ela própria não se permite dizer. As práticas apresentadas e analisadas nesta dissertação são pensadas não como produto, mas como terreno propício que convergirá para a inauguração do Pavilhão dos Alienados, anexo à Santa Casa, em 1928, como o primeiro passo para a transformação da loucura em doença mental, por meio da institucionalização do alienado e da posterior construção do seu espaço de exclusão, o Hospício, data em que o trabalho se encerra.

No primeiro capítulo percorremos a cidade, seus lugares e personagens, com ênfase para os alienados, tomando como referência o recenseamento de 1890 e outras fontes. Cuiabá, nesse período, carrega as marcas da peste, da guerra e da fronteira, o que nos aproxima sobremaneira da cidade de Porto Alegre, da obra de Pesavento. É digna de nota aqui, particularmente, a descrição das ruas e seus respectivos nomes que evocavam sensações, que vão, aos poucos, sendo substituídos, como parte do projeto de modernização, por nomes que sugerem acontecimentos e construção de personalidades. Já no trabalho de Pechman, *Cidades Estreitamente Vigiadas*, o aspecto de civilização inscrito nas cidades modernas é, sem dúvida, uma referência presente neste e também nos demais capítulos. A *História da Loucura*, de Michel Foucault, por sua vez, é imprescindível para a aproximação de algumas teses a respeito da loucura.

O segundo capítulo visa capturar a construção da cidade disciplinar/disciplinada. Discorre sobre as práticas da Polícia explicitadas nos ofícios, relatórios e regulamentos. Essas fontes também revelam os estriamentos da cidade e, neles, os indivíduos considerados perigosos; aí temos o louco e o vagabundo como obstáculos ao estabelecimento da ordem e da disciplina. A leitura de tais fontes gradualmente desencobrem a cidade, expondo aquilo que ela tenta ocultar. A referência teórica mais importante para a composição deste capítulo é a obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault.

O terceiro e último capítulo explora as práticas médicas do período e as tentativas, bem-sucedidas ou nem tanto, de higienização e saneamento da cidade e de sua população. A

⁴⁵ REZENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil. p. 43.

questão da raça e a hierarquização dela decorrente terão um papel decisivo na exclusão de indivíduos e no encarceramento dos loucos em espaços construídos especialmente para esse fim. A inauguração, em 1928, do Pavilhão dos Alienados, anexo à Santa Casa de Misericórdia, encerra este trabalho, quando então o saber médico em Cuiabá já deu os primeiros passos, no sentido de tomar para si o alienado e fazer deste o seu paciente, construindo finalmente o “doente mental”.